

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.772.167 - PR (2018/0261933-2)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
RECORRENTE : ANTÔNIO BALESTRA - ESPÓLIO
RECORRENTE : ELVIRA PEREIRA BALESTRA - ESPÓLIO
REPR. POR : RICARDO ANTONIO BALESTRA - INVENTARIANTE
ADVOGADO : RICARDO ANTÔNIO BALESTRA (EM CAUSA PRÓPRIA) - PR006911
RECORRIDO : JACIRA GOMES BALESTRA
RECORRIDO : JOSE ROBERTO BALESTRA
ADVOGADO : JOSÉ ROBERTO BALESTRA (EM CAUSA PRÓPRIA) - PR017646

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). AGRAVO DE INSTRUMENTO. VIOLAÇÃO AO ART. 1.021, §3º, DO CPC/2015. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF. RECURSO CONTRA DESPACHO SEM CONTEÚDO DECISÓRIO. IRRECORRIBILIDADE. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ.

1. A ausência de manifestação no acórdão recorrido acerca dos dispositivos legais indicados como violados impede o conhecimento do recurso especial, a teor do enunciado da Súmula n.º 282/STF.

2. Inviabilidade de reconhecimento do prequestionamento ficto quando a parte não alega violação ao art. 1.022 do CPC.

3. "A convicção a que chegou o Tribunal "a quo" quanto à inexistência de ato decisório, decorreu da análise das circunstâncias fáticas peculiares à causa, cujo reexame é vedado em âmbito de Recurso Especial, a teor do enunciado 7 da Súmula desta Corte" (AgRg no AREsp 377.765/MG, Rel. Ministro Sidnei Beneti, Terceira Turma, julgado em 17/12/2013, DJe de 03/02/2014).

4. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de recurso especial interposto por ANTÔNIO BALESTRA - ESPÓLIO e ELVIRA PEREIRA BALESTRA - ESPÓLIO, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pela 11ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná nos autos da ação de inventário e partilha em que contendem com JACIRA GOMES BALESTRA e OUTRO.

Superior Tribunal de Justiça

Esta a ementa do acórdão recorrido (fl. 160):

AGRAVO INTERNO. DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR QUE NEGOU SEGUIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO - ALEGAÇÕES DEVIDAMENTE APRECIADAS NA DECISÃO QUE NÃO CONHECEU DO AGRAVO DE INSTRUMENTO E NA QUE REJEITOU OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE - MULTA DE 1% SOBRE O VALOR DA CAUSA - ART. 1.021, §4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. RECURSO DESPROVIDO.

Em suas razões (fl. 168/179), o recorrente sustentou violação aos artigos 1.015 e 1.021, §3º, do CPC/1973, pois a Câmara julgadora teria se limitado a reproduzir a decisão monocrática do Relator, negando-se, mais uma vez, a analisar as consequências jurídicas da decisão agravada, que abriu nova vista aos Recorridos, apesar de precluso o direito destes de manifestação acerca do pedido de arbitramento de alugueis, havendo, portanto, claro cunho decisório a ensejar a interposição do agravo de instrumento, conforme reconhecido pela própria Câmara julgadora nos autos do AI 838.047-0. Postulou o provimento.

Não foram apresentadas contrarrazões às fls. 190.

Admitido o recurso (fl. 210) e após a manifestação do MPF, opinando pelo não conhecimento, vieram os autos conclusos.

É o relatório. Passo a decidir.

A irresignação recursal não merece prosperar.

De início, mostra-se inviável o conhecimento do recurso especial quanto à alegação de violação ao art. 1.021, §4º, do CPC/2015, pois a matéria de que trata o referido dispositivo legal não foi objeto de análise pela Corte local, restando ausente o indispensável prequestionamento, o que atrai a incidência do óbice do enunciado da Súmula n.º 282/STF: *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada"*.

Ressalta-se que o prequestionamento ficto apenas poderá ser reconhecido quando se demonstre, devidamente, a existência de algum dos

vícios do art. 1.022 do CPC, alegando-se no recurso especial a sua violação.

Na espécie, não houve a alegação da violação ao art. 1.022 do CPC, já que o recorrente sequer opôs embargos de declaração em face do acórdão que julgou o agravo interno, limitando-se agora, nas suas razões de recurso especial, dizer da afronta ao dispositivo legal não enfrentado no acórdão recorrido.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. ATRASO NA ENTREGA DE IMÓVEL. PRÉ-QUESTIONAMENTO FICTO. OMISSÃO. AUSÊNCIA. DANO MORAL. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE.

1. A admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei. (...)

(AgInt no REsp 1719311/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/05/2018, DJe 28/05/2018).

Quanto ao mais, a pretensão recursal encontra óbice no enunciado da Súmula n.º 07/STJ: "*A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial*".

O recorrente pretende ver reconhecido o caráter decisório do despacho/decisão que, na origem, determinou a intimação de um dos herdeiros do *de cujus* para se manifestar quanto ao pedido de arbitramento de alugueis de imóvel da propriedade dos espólios.

O Tribunal *a quo*, por sua vez, assentou tratar-se de despacho de mero expediente, *com função tão somente de impulsionar a marcha processual, concretizando o contraditório, sem ter deferido qualquer pedido ou imposto*

Superior Tribunal de Justiça

gravame às partes.

Confira-se, a propósito, excerto do acórdão recorrido:

Não é cabível recurso contra deliberação que apenas dá andamento ao processo, e o despacho de seq. 52.1 tão somente determinou a intimação do herdeiro José Roberto Balestra para se manifestar quanto ao pedido de arbitramento de alugueis formulado, sem deferir qualquer pedido ou pretensão deduzida.

E, para se evitar tautologia, seguem, novamente, as razões pelas quais o agravo de instrumento não foi conhecido.

"É que, da análise dos autos, observa-se que a natureza do conteúdo impugnado, isto é, o de seq. 1.62, complementado à seq. 52.1, diz respeito a despacho de mero expediente, com a função tão somente de impulsionar a marcha processual, inferindo-se, dessa forma, a sua irrecorribilidade, à luz do disposto no artigo 1.001 do CPC/ 2015.

Ressalte-se que o juízo não conheceu dos embargos declaratórios opostos pelo Recorrente justamente porque a insurgência voltou-se contra despacho que tão somente determinou a intimação do herdeiro José Roberto Balestra sobre o pedido de arbitramento de alugueis formulado pelos ora Agravantes.

E, considerando que dos despachos não cabe recurso (art. 1.001 do CPC/ 15, é negativo o juízo de admissibilidade tanto dos embargos de declaração quanto do agravo interposto em face da mesma deliberação.

(...)

Desta forma, não contendo na deliberação atacada o teor decisório exposto pelo Agravante em suas razões, não se verifica interesse em recorrer, quer porque não há lesividade, quer porque inadmissível recurso interposto em face de despacho ordenatório.

Ademais, a determinação do juízo não representa negativa de jurisdição, como pretende fazer crer o Agravante, pois apenas facultou ao Agravado o exercício do contraditório, o qual já foi inclusive exercido por ambas as partes, como se vê das manifestações de seq. 14.1; 23.1; 29.1; 40.1 e 49.1, estando a pretensão de arbitramento de alugueis apta a ser decidida pelo juízo da causa".

E ao serem apreciados os embargos de declaração, consignou-se, ainda que desnecessário, que "certamente é incabível agravo de instrumento contra essa deliberação, pois, repise-se, apenas deu impulso ao processo e concretizou

Superior Tribunal de Justiça

o contraditório sem ter deferido qualquer pedido ou imposto gravame às partes.

E não há falar em ofensa à isonomia, pois se vê, pela petição de

seq. 40.1, que o Embargado se manifestou quanto ao pedido de arbitramento de alugueis formulado na seq. 1.49 e requereu sua nomeação como depositário do bem. E, em nova manifestação, o Embargante, pela petição de seq. 49.1, afirmou que é impositivo o arbitramento de alugueis porque o Embargado utiliza o bem para morar, explora sua atividade profissional e permite a permanência de terceiro sem qualquer contraprestação.

Além disso, verifica-se que o Embargante impugnou o pedido do Embargado para que fosse nomeado depositário do bem. Daí o juiz da causa ter dado nova oportunidade ao Embargado para se manifestar (seq. 1.62).

E também não há falar na impossibilidade de o juiz da causa rejeitar o recurso sob novo fundamento, tendo em vista que a primeira decisão, reformada por este Tribunal, não conheceu do recurso porque o considerou intempestivo enquanto a segunda, alvo do agravo de instrumento cujo seguimento foi negado pela decisão ora embargada, não conheceu dos embargos de declaração porque o considerou inadmissível, já que interposto contra despacho de mero expediente. É que a preclusão pro judicato se configura "quando a decisão se consolida pela ausência de recurso" (3.ª Turma, REs . n.º 999.348/RS, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, j. em 18.12.2007), o que não é o caso dos autos, já que a nova deliberação do juiz da causa decorreu do provimento do a cavo de instrumento que afastou a intempestividade dos aclaratórios.

Por fim, é de se destacar, tal como feito na decisão ora embargada, que o pedido de arbitramento de alugueis formulado pelo Embargante está apta ser decidida pelo juízo da causa, se mostrando contraproducente a interposição de reiterados aclaratórios se justamente é essa a sua pretensão".

Dessa forma, elidir as conclusões do aresto impugnado acerca da ausência de conteúdo decisório do ato impugnado e de prejuízo ao recorrente demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada nesta sede especial, nos termos da referida Súmula 07/STJ.

Nesse sentido:

Superior Tribunal de Justiça

PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO CONTRA DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE - ALEGAÇÃO DA PARTE DE TRATAR-SE DE ATO DECISÓRIO - SÚMULA N. 7/STJ. ACÓRDÃO DE ACORDO COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO - SÚMULA 211/STJ - DECISÃO MANTIDA.

1.- A convicção a que chegou o Tribunal a quo quanto à inexistência de ato decisório, decorreu da análise das circunstâncias fáticas peculiares à causa, cujo reexame é vedado em âmbito de Recurso Especial, a teor do enunciado 7 da Súmula desta Corte.

2.- É irrecorrível o despacho de mero expediente se este não acarretar qualquer prejuízo às partes. Precedentes. Incidência da Súmula n. 83/STJ.

3.- A violação dos arts. 2º e 471, do CPC, tal como posta nas razões do Recurso Especial, não foi objeto de debate no v. Acórdão recorrido, integrado pelo acórdão que julgou os embargos de declaração, carecendo, portanto, do necessário prequestionamento.

Incide, na espécie, a Súmula 211 desta Corte.

4.- Agravo Regimental improvido.

(AgRg no AREsp 377.765/MG, Rel. Ministro Sidnei Beneti, Terceira Turma, julgado em 17/12/2013, DJe de 03/02/2014).

Ante o exposto, não conheço do recurso especial.

Advirto que a apresentação de incidentes protelatórios poderá dar azo à aplicação de multa (arts. 77, II c/c 1.021, § 4º, do CPC/15).

Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator